



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado GILSON DANIEL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº, DE 2026.
(Do Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de audiência pública para debater os problemas operacionais, tecnológicos e sancionatórios relacionados ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), com foco nos impactos sobre os pescadores do Estado do Espírito Santo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater os problemas operacionais, tecnológicos e jurídicos relacionados ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), especialmente quanto:

- às falhas tecnológicas no sistema de rastreamento;
- às inconsistências nas informações geradas;
- à dosimetria e proporcionalidade das multas aplicadas;
- aos impactos socioeconômicos sobre os pescadores artesanais e industriais do Estado do Espírito Santo.

Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Ministério da Agricultura e Pecuária;
- Ministério da Pesca e Aquicultura;





- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Ministério Público Federal;
- Marinha do Brasil;
- Sindicato dos Pescadores de Itapemirim;
- Associação dos Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava, em Itapemirim no Espírito Santo.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) constitui importante instrumento de monitoramento da atividade pesqueira e de preservação ambiental, contribuindo para o ordenamento do setor e o combate à pesca ilegal em todo o território nacional.

Entretanto, pescadores de diferentes regiões do país têm relatado falhas recorrentes no funcionamento do sistema, incluindo instabilidades no sinal de rastreamento, inconsistências de posicionamento e registros indevidos de infrações. Tais ocorrências têm resultado na aplicação de multas que, segundo os relatos recebidos, revelam-se desproporcionais em face da conduta efetivamente praticada, comprometendo a segurança jurídica e a subsistência de famílias que vivem da atividade pesqueira.

Embora o problema apresente dimensão nacional, utilizamos como exemplo concreto as demandas recebidas de pescadores do Estado do Espírito Santo, que relataram dificuldades operacionais no sistema e impactos diretos decorrentes da aplicação automática de penalidades. Esses casos ilustram uma preocupação mais ampla que atinge o setor pesqueiro brasileiro como um todo.

A atividade pesqueira possui papel estratégico para a economia capixaba, sendo responsável pela geração de emprego, renda e segurança alimentar. Eventuais distorções no sistema de monitoramento não podem resultar na penalização indevida de trabalhadores que exercem suas atividades de forma regular e honesta.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado GILSON DANIEL

A audiência pública ora proposta permitirá:

- promover o diálogo institucional entre o Poder Público e o setor produtivo;
- avaliar a necessidade de modernização tecnológica do sistema;
- discutir critérios mais equilibrados de dosimetria das sanções administrativas;
- fortalecer a segurança jurídica no setor pesqueiro.

Nosso compromisso é com o diálogo, com o equilíbrio regulatório e com a construção de soluções que garantam justiça aos pescadores brasileiros, sem prejuízo da necessária proteção ambiental e do cumprimento da legislação.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de de 2026.

Deputado **GILSON DANIEL**
PODE/ES

